

O CHILE DE PINOCHET

CÉREBROS E MÚSCULOS DO NEOLIBERALISMO

Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes
Universidade Estadual de Campinas

Este livro origina-se de uma tese de Doutorado em Ciência Política na Universidade de Princeton. Começou a nascer no fim dos anos setenta, quando o autor, hoje diplomata e assessor do Ministério das Finanças do Chile, encontrou, na biblioteca da Agency for International Development (AID), em Washington, os “Relatórios do Projeto Chile”. Nesses arquivos estavam condensados, segundo nos diz, os “princípios teóricos e os detalhes organizacionais que davam retaguarda a um deliberado processo de transferência de idéias de um país para outro” (p. XI). A documentação mostrava a transmissão de certas tradições norte-americanas (fundamentalmente, a economia da chamada “Escola de Chicago”) para um grupo de estudantes chilenos que mais tarde, ocupando postos como ministros ou secretários da ditadura, colocariam em marcha uma radical transformação na economia e na sociedade chilenas. E essa mutação foi profunda, sublinha a introdução de Valdés: depois de 17 anos de governo militar, o que se podia perceber era a substituição de determinado tipo de cultura democrática por uma matriz analítica que postulava, para praticamente todos os problemas sociais, uma solução econômica e de mercado. Adverte ainda que, restaurada a democracia, a sociedade chilena e suas elites encontravam-se em um novo quadro cultural, que não deixava de ter paradoxos e desconfortos: a nova ideologia, viabilizada e sustentada pelo silêncio da repressão militar, declarava irrelevante a atividade política, elogiava o individualismo e o livre-mercado e impunha, em nome da ciência e da racionalidade, um castigo para os erros históricos do estatismo. E o fazia mesmo que os setores mais pobres da sociedade tivessem de arcar com os custos da operação.

A respeito dessa radical transformação “ambiental”, e visando compreender as particularidades do neoliberalismo imposto ao Chile, Valdés lembra frase de Isaiah Berlin, segundo a qual nem todas as formas de liberalismo são tolerantes. Entre outras coisas o livro mostra as frustrações de determinados economistas chilenos, sua inclinação para o autoritarismo e sua indiferença para com os chamados valores democráticos, assim como a rejeição da política, que geralmente viam como obstáculo ao mercado livre ou como uma atividade condenada a conciliar, através do Estado e de modo ilegítimo, os interesses de corporações e grupos organizados. Esse conjunto de idéias teria jogado papel determinante para definir a atitude dos economistas (e não apenas deles) frente ao desafio de romper a ordem constitucional e apelar a um golpe armado.

Desde logo, ficam delineadas as hipóteses que o livro pretende demonstrar:

a) a transferência organizada dessa cultura — determinados e específicos conceitos, atitudes, valores e visão de mundo — como elemento decisivo na formação dos princípios que posteriormente guiariam a equipe econômica da ditadura¹;

b) essa transferência resultou da tentativa deliberada de grupos chilenos e norte-americanos de combater perspectivas nacionalistas e estruturalistas então em voga entre intelectuais na América Latina;

c) a transferência e a transmissão de conceitos e atitudes eram por sua vez duplicadas no treinamento dado, em seguida, a gerações mais novas de economistas, na Universidade Católica do Chile.

O caso do Chile, vale lembrar, é estratégico. Até porque constituiu, em vários sentidos, um “processo exemplar”². Exemplar para entender, por exemplo, outras experiências neoliberais na América latina. Exemplar também para compreender o deslanche de experiências de desregulamentação e privatização impostas por governos conservadores na Grã-Bretanha e nos Estado Unidos, nos anos oitenta, ou pelos governos de “liberalização” do leste europeu, nos anos noventa. Exemplar ainda para quem pretende estudar o comportamento e a influência de determinado tipo de animal político: os *think tanks*, tais como os centros de estudos

e agrupamentos de trabalhadores intelectuais que elaboram modelos, projetos e doutrinas em seguida instrumentados pragmaticamente por organismos políticos, equipes de governo etc.

Desnecessário enfatizar, desde logo e já a partir dessa primeira descrição, o interesse que o livro tem para leitores brasileiros. Contudo, uma vez que se trata de alentado volume, utilizando ademais extensa documentação a que nem sempre temos acesso, tomo a liberdade de comentar o conteúdo de alguns de seus capítulos — e com eventual exagero, talvez, na descrição de certos detalhes.

O capítulo 1 (Autoritários sem projeto) mostra a chegada dos “Chicago Boys” à equipe de governo da ditadura, a forma como foram ganhando poder, os cargos que ocuparam, as medidas econômicas que implantaram, seu impacto social. Mostra ainda que paulatinamente se observa uma “expansão ideológica” desse grupo e de seu modo de agir-pensar. Aponta ainda para um detalhe importante: Chicago e sua tradição analítica jamais deixaram de ser, para esses economistas chilenos, o ponto de referência fundamental para afirmar sua legitimidade. Esse capítulo faz ainda um comentário (1995: 30) que se tornará fundamental para entender a evolução desse neoliberalismo (em particular a sua inclinação ditatorial, já acima mencionada): para alguns dos economistas, autoritarismo não era simplesmente característica circunstancial conveniente por um dado período de tempo. Pelo contrario, consideravam-no abertamente o regime ideal para garantir a imparcialidade do mercado.

O capítulo 3 é interessante para recompor, em perspectiva histórica, a chamada “Escola de Chicago”. Apontam-se aí seus principais aderentes, idéias-mestras e sua paulatina elaboração. Desde logo a tradição de Chicago é identificada com dois traços reiterados: o conservadorismo e a polêmica. O período formativo dessa tradição, nos anos 30, encarna em figuras reluzentes como Frank Knight, Jacob Viner, Henry Simons, Lloyd Mints. O período da guerra mostra alterações significativas e também a consolidação da escola. Importa destacar que nessa ocasião T. W. Schultz e Milton Friedman ingressam nos quadros da Universidade. Ainda nesse capítulo, temos a discussão de algumas idéias que fizeram o perfil da escola, tais como a definição de um estreito paradigma para a ciência econômica, a adoção de padrões instrumentalistas e a fundamentação de uma ciência normativa (posições muito claras e rígidas com relação a mercado livre, governo e monetarismo). Interessante também é a discussão de um traço típico do economista modelo-Chicago: sacerdote e pregador. Importa ainda mencionar alguns dos comentários críticos de Valdés a essa tradição, apontando, a partir de suas próprias potencialidades (isto é, daquilo a que ela conduz pela sua própria postura), alguns dos riscos previsíveis de sua evolução. Em primeiro lugar, essa postura-padrão conduziria, quase que inevitavelmente, ao silêncio das dissidências, o que elimina seus eventuais e imprescindíveis “botes salva-vidas”, pontos de vista alternativos que operem como superego autocrítico da corrente majoritária. Em segundo lugar, essa postura leva, também quase fatalmente, a convicções sectárias, extremadas e arrogantes. Juntos esses dois primeiros problemas, temos a ocorrência de um terceiro: semelhante posicionamento teórico, metodológico e existencial tende a levar os equívocos até um ponto sem retorno — gerando gastos e desgastes desnecessários, além de politicamente desastrosos.

No capítulo 4 o leitor encontrará interessante e detalhado exame dos “agentes” da operação “transferência ideológica”. Valdés inicia pela caracterização da ajuda externa norte-americana, apontando seu contexto e suas motivações. Desde logo indica o “esforço consciente dos EUA para exportar sua ‘modernidade’ através da transferência de conhecimento e tecnologia que aparentemente poderia ajudar países em desenvolvimento a melhorar sua qualidade de vida, organização social e potencial crescimento econômico. Uma das mais importantes iniciativas dentro desse esforço era a promoção de ‘acordos universitários’ entre universidades norte-americanas e universidades no mundo em desenvolvimento” (1995: 80). Aponta ainda o papel decisivo das elites locais na base dos programas de ajuda. As “missões americanas” têm esse caráter “civilizador”, onde se destaca o papel da educação, em particular os acordos entre universidades. Aliás, um dos traços importantes da Escola de Chicago, quando se volta para o problema do subdesenvolvimento é a criação de um enfoque original: a teoria do capital humano (na qual trabalhavam precisamente T. W. Schultz e Gary Becker).

E no capítulo 5 são examinados, exatamente, os contratos entre a Universidade Católica do Chile, Universidade de Chicago e a ICA (Internacional Cooperation Administration, depois transformada na já referida AID). O autor lembra o que Chicago e a ICA entendiam como “técnico em ajuda externa”, definição que será importante na orientação desses acordos acadêmicos. Parte-se da idéia de que a estabilidade administrativa exige a criação de uma tecnocracia verdadeiramente moderna, cuidadosamente preservada frente aos atropelos e confusões da atividade política. Treinamento, educação e instrução procurariam não apenas introduzir

técnicas específicas para um determinado campo de atividade econômica, mas visariam algo além, afetando o comportamento, inculcando e disseminando novas atitudes (1995: 111).

No capítulo 6 temos, então, o exame do “Projeto Chile” e o efetivo nascimento dos “Chicago Boys”. Valdés examina os já referidos “Relatórios de Chicago”. Destaca aí o papel atribuído aos novos economistas, a serem gerados pelo projeto: seus objetivos transcendem a economia, assumem a figura do condutor político. Lembra ainda que projeto, em si mesmo, pode ser visto como um experimento da criação de “capital humano”. Os relatórios apontam ainda como um obstáculo à solução dos problemas latino-americanos uma deformação encontrada entre os economistas e administradores, sobretudo os influenciados pelo nacionalismo e pela CEPAL. Estes seriam frequentemente dominados por “grupos de interesse”, pela péssima formação intelectual e científica. Em outros termos, tudo levaria a uma convicção que vai se estabelecendo na visão-Chicago do mundo: não há pontos de vista diferentes entre economistas, há ignorância e ciência, e elas não podem conviver.

O capítulo 6 examina ainda a organização do projeto Chile, a constituição da equipe, seleção de estudantes, formas de financiamento. Em seguida detalha o modo como são treinados os chilenos (em Chicago e em Santiago), programas dos cursos, treinamento em pesquisa etc. Vale a pena citar um comentário: “o grupo chileno era visto como uma equipe secular de missionários científicos que retornariam a seu país para difundir ciência e comportamento racional no ensino, nos métodos de pesquisa, na assessoria econômica, nos negócios, e nos processos decisórios governamentais. Na tradição de Chicago, esta vocação missionária era vinculada com a psicologia de uma minoria sitiada, confrontando-se com a expansão do erro e da heterodoxia, e desenvolvendo, como resultado, uma ‘mentalidade de antagonista’ e uma concepção de economia — não totalmente, mas parcialmente, como propaganda” (1995: 150).

Adiantando algumas conclusões a respeito do Projeto Chile, Valdés esclarece o que os Chicago Boys entendem como “autonomia” do grupo. Não significa apenas liberdade de pesquisa e publicação. Significa “social unaccountability”, uma situação em que não se tem de “prestar contas” ou “dar satisfações” aos grupos sociais internos. Apenas um tipo de “accountability” era admitida e dizia respeito a entidades científicas, mais exatamente Chicago, a guardiã e portadora da “validação científica, a principal instituição com essa autoridade” (1995: 161).

Os capítulos 7 e 8 continuam a examinar a implantação da Escola de Chicago no Chile (via Universidade Católica), seus primeiros contatos com o universo político-eleitoral (a eleição do conservador Jorge Alessandri) e o desenvolvimento do programa, tal como se dava em Chicago e em Santiago, a subsidiária.

Os capítulos 9 a 11 entram mais diretamente na relação entre os Chicago Boys e o universo das lutas políticas em curso no Chile. Nesses capítulos, a “biografia coletiva” escrita por Valdés retrata a decisiva convergência de dois processos: a convicção dos economistas de que necessitavam dar passos mais decididos para se envolver na política e, por outro lado, a crescente receptividade do mundo de negócios ao discurso do “livre mercado” proposto pelos “Chicago Boys” (1995: 201).

O capítulo 9, “À procura da política”, focaliza basicamente o governo Eduardo Frei. O capítulo 10, “A hegemonia elusiva”, estuda o movimento dos empresários e suas corporações, o envolvimento dos “Chicago Boys” com a campanha eleitoral de Jorge Alessandri (o opositor de Allende) e com o Grupo Edwards (que além de fortes interesses empresariais diversificados detinha o controle do poderoso e conservador jornal *El Mercurio*).

Mas o clímax do estudo talvez esteja mesmo no capítulo 11, versando sobre o período da chamada Unidade Popular (governo Allende, da coalizão de esquerda hegemônica pela dupla PS-PC). Aí aparecem os movimentos dos “Boys” entre a política, a guerra e a conspiração. Aqui o leitor deverá notar o importante papel, decisivo mesmo, desempenhado pelo “Think Tank” importado de Chicago. A ele cabe, numa primeira fase da guerra, municiar os ataques dos partidos oposicionistas (Partido Nacional e Democracia Cristã) às políticas do governo da UP. A partir de um certo momento dessa política de desgaste, cabe aos “Boys” preparar planos de governo alternativos, para o pós-Allende e pós-dilúvio. Esta última tarefa é decisiva para convencer os empresários a colaborar na operação mais ousada e definitiva (a ruptura constitucional e a derrubada do governo). É decisiva também para convencer os militares de que chegou enfim a hora de agir. Convencê-los, ademais, de que podem agir: depois do golpe, terão as fórmulas para sair do atoleiro gerado em parte pela própria conspiração. Valdés relata a elaboração de todo um programa de governo, escrito praticamente na clandestinidade e exposto, parte a parte, e em etapas, a empresários, políticos (do PDC, do

PN) e aos militares (particularmente a oficiais da Marinha). Valdés refere-se a interessante depoimento de Orlando Saéns, na ocasião do golpe um jovem empresário metalúrgico, 37 anos, dirigente de organizações patronais e conspirador. O relato sintetiza conclusões de importante encontro de empresários reunidos em Viña del Mar, já em 1971: “A primeira conclusão era a organização de uma estrutura de guerra, para obter sistematicamente recursos econômicos, buscar fundos, nos planos doméstico e internacional, fundos que poderiam ser usados para atividades políticas, propaganda, ativismo. Também decidimos preparar programas específicos, alternativos aos programas do governo, que seriam sistematicamente passados para as Forças Armadas. Um serviço de inteligência tinha que ser organizado, assim como departamentos técnicos” (1995: 251).

Mais adiante é o próprio Valdés quem relata: “Nos fins de 1972, dois empregados de Agustin Edwards, os ex-oficiais da Marinha Roberto Kelly e José Radic, receberam de fontes navais a solicitação de um programa econômico que poderia facilitar o caminho para o golpe militar. ‘É muito fácil derrubar Allende. O importante é o que fazer com o governo, como resolver os problemas econômicos’ — afirmavam as fontes navais” (1995: 252).

E é então que a bola do jogo passava novamente aos economistas da sombra, capitaneados precisamente pelos “Chicago Boys”. Estudos de base são preparados em maio de 1973, seguindo-se ajustes entre eles e, enfim, a redação do programa. Inicialmente, trata-se de um sumário de cinco páginas, documento passado aos almirantes. Desde esse momento, a Marinha passa a receber o programa quase página a página. Antes do meio dia de 12/9/1973, os oficiais que exerciam tarefas de governo tinham o Plano em suas mesas. “Desse modo, tinha sido perfeito o *timing* do primeiro programa dos Chicago Boys com o bombardeio do La Moneda e a morte do último presidente constitucional do Chile” (1995: 252).

Talvez a parte menos saborosa e mais frágil do estudo esteja exatamente na conclusão (*20 anos depois: um pós-escrito*), em que se tenta vislumbrar o que é e o que pode vir a ser o “novo Chile”, pós-ditadura. Valdés pergunta pelas continuidades e diferenças nessa transição. Haveria uma continuidade no modelo econômico, com a adoção definitiva de uma economia de mercado livre? Será que nada de essencial distingue ditadura e democracia, no que diz respeito à organização econômica? Os critérios neoliberais teriam se imposto sobre a administração econômica e social, sobre o processo de decisões e no próprio conteúdo do debate público? Qual o grau de influência ainda exercido pelo pensamento neoliberal *a la Chicago* sobre a sociedade chilena? São perguntas realmente importantes e não apenas para a “transição” chilena. Para muitas transições. Difícil dizer que Valdés consiga responder a qualquer dessas questões. Ensaia algumas hipóteses, enuncia algumas esperanças pessoais, mas não vai além disso. É verdade que seria injusto esperar tanto de um pós-escrito. Esse capítulo merece outros estudos, que teriam contudo neste trabalho um ponto de partida fundamental.

Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas.

NOTAS

¹ Valdés define, no capítulo 2, o que pretende com esse estudo de “transferência ideológica”: o livro buscaria construir a biografia de uma elite ideológica que, originada num país, é transferida para outro na expectativa de que ali aplicará os princípios de que foi imbuída.

² “Durante vários anos, o FMI e outros organismos intimamente ligados ao coração financeiro do mundo industrializado recomendaram o exemplo do Chile como um modelo para o resto da América Latina” (1995: 02). Valdés lembra ainda que o caso chileno ajuda também a “tentativa de avaliar os prováveis custos sociais de reformas econômicas ortodoxas” (p. 04). Lembro o leitor que este último aspecto, porém, não é o tema deste livro, nem, seguramente, sua parte mais forte.

* * *